



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 214

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 426-25.2010.8.17.1000 (309546-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: JOSÉ BARBOSA DE LIMA
EMBARGADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DE VAT S. A.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO INFRINGENTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO NÃO VERIFICADOS. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DESNECESSÁRIO. REJEIÇÃO.

- Imprescindível a ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro na decisão embargada para atribuição de efeitos infringentes aos aclaratórios;
- As questões suscitadas na apelação cível foram analisadas de modo claro e preciso, não havendo omissão, contradição, obscuridade ou erro;
- O prequestionamento exigido pelos Tribunais Superiores para efeito de conhecimento dos Recursos Especial e Extraordinário refere-se às questões controvertidas, e não aos dispositivos legais utilizados pela parte para fundamentar o seu suposto direito;
- Não configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 535 do CPC, nem sendo possível rediscutir os fundamentos do julgado recorrido, os embargos devem ser rejeitados.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR O RECURSO**, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, em

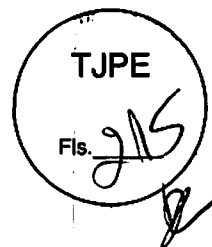
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

2ª CÂMARA CÍVEL



EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 426-25.2010.8.17.1000 (309546-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: JOSÉ BARBOSA DE LIMA
EMBARGADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios com Efeitos Infringentes (fls. 205/211) contra aresto proferido por esta C. Câmara na apelação encartada nestes mesmos autos (fls. 180/181), o qual, à unanimidade de votos, deu provimento ao recurso da ora Embargada, cassando a indenização deferida ao Embargante a título de complemento do seguro DPVAT.

A sentença, por seu turno, havia condenado a seguradora ao pagamento da diferença entre o valor já concedido administrativamente em março de 2008 - R\$ 6.412,00 (seis mil, quatrocentos e doze reais - e o teto legal de 40 (quarenta) salários mínimos, tendo em vista a legislação vigente à época do sinistro¹.

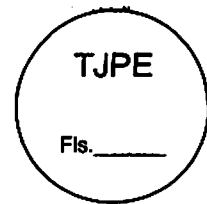
Nos presentes aclaratórios, o Embargante alega indistintamente "contradição, obscuridade e omissão" (fl. 207) do acórdão, insurgindo-se contra a proporcionalidade da indenização, a qual não seria permitida para acidentes ocorridos antes da Lei 11.482/2007, como o caso dos autos.

¹ Lei 6.194/74, Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: a) *omissis*; b) até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente; (...) (Grifos nossos)

e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Destarte, requer seja sanada a falta em comento, de modo a restabelecer a complementação nos moldes registrados na sentença.

É o relatório, no essencial. Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art. 85, "d", do RITJPE.

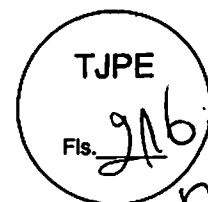
Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 426-25.2010.8.17.1000 (309546-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: JOSÉ BARBOSA DE LIMA
EMBARGADA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A.

V O T O

Não obstante plenamente admissível o empréstimo de efeito infringente ou modificativo aos Embargos de Declaração, como pretende o Embargante, para tanto se requer a existência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada.

Ocorre que o defeito apontado pelo Embargante não passa de sua discordância com o entendimento desta Relatoria, o que não pode ser equacionado por esta via recursal.

Com efeito, o Embargante defende a posição de que a *proporcionalidade no pagamento do seguro DPVAT* somente passou a existir após as modificações introduzidas na Lei 6.194/74 pela Lei 11.482/2007 - o Recorrente provavelmente quis se referir à Lei 11.495/09, pois foi esta que introduziu a tabela de proporções como anexo da lei de regência -, enquanto este Relator entende que ela sempre existiu.

O seguinte excerto do voto proferido no apelo (fl. 184) é bem claro sobre referido posicionamento, senão vejamos:

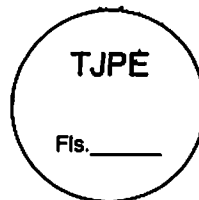
.....

Lado outro, confirmando definitivamente a tese da possibilidade - mesmo antes da edição da Lei 11.945/09 - de cobertura parcial do DPVAT, proporcionalmente ao grau de invalidez, a Lei 8.441/92 acrescentou um quinto parágrafo ao art. 5º da Lei 6194/74, com a seguinte redação (grifos nossos):

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



.....
§ 5º. O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças.
.....
.....

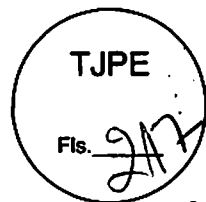
Como tudo o que foi até agora exposto encontra-se minudentemente detalhado no acórdão embargado, o ponto suscitado pelo Embargante como defeituoso apenas revela sua intenção de rediscutir o mérito da demanda, o que é vedado na estreita via dos Aclaratórios, como se observa dos acórdãos abaixo transcritos, com grifos nossos:

.....
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO VERIFICADAS. 1. A via dos embargos declaratórios não se presta para rediscutir os fundamentos da decisão embargada. 2. Não sendo possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos aclaratórios, a teor do art. 535 do CPC, a rejeição dos embargos é solução que se impõe. 3. Embargos declaratórios rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1044851/PR, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA - DES. CONVOCADO DO TJ/RS, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 06/11/2009).

.....
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTENÇÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A função dos embargos é tão-somente afastar omissão, contradição ou obscuridade, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil. Não estando presente nenhum desses vícios, como na hipótese em exame, não há como acolher o presente recurso, haja vista não serem os declaratórios via adequada para buscar o reexame de questões sobre as quais já houve manifestação do órgão julgador. 2. Embargos declaratórios rejeitados. (EDcl no REsp 817.979/MG, Rel. Min. DENISE ARRUDA, 1ª T., DJ 11/02/09).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Assim sendo, se o Embargante discorda da forma como o direito foi aplicado ao caso concreto, deve manejar o recurso pertinente e não suscitar eiva inexistente no acórdão, o qual não poderia ter sido mais coerente, cristalino e abrangente.

Quanto ao prequestionamento dos arts. 3º, 4º e 5º da Lei 6.194/74, registro que o segundo dispositivo mencionado diz respeito à forma e destinatários do pagamento do seguro no caso de morte, não guardando, portanto, qualquer relação com o caso dos autos.

O terceiro artigo mencionado, por seu turno, trata basicamente da documentação a ser apresentada por quem pleiteia o seguro, se afigurando desimportante à hipótese vertente, vez que a documentação apresentada pelo Embargante foi considerada idônea, apesar de não conferir-lhe direito a uma indenização no importe por ele esperado.

O art. 3º, por fim, se constitui na essência do voto proferido no apelo, pelo que já foi amplamente prequestionado, não havendo motivo para novas discussões a seu respeito, estando bastante explícita a posição desta Relatoria sobre a matéria ali tratada.

Destarte, não estando configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 535, do CPC, **REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator